



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL

Anexo

TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I

CAPÍTULO I - DO OBJETO

1. O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as condições para a aquisição de materiais permanentes e de consumo (coletores de dados com leitor de código de barras, chave de ponta philips, organizador de cabos, testador de tensão, fone de ouvido e alicate) doravante denominados apenas materiais, pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.

2. A aquisição desses materiais será realizada mediante licitação na modalidade de PREGÃO, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço, para aquisição imediata, conforme condições do Edital e deste Termo de Referência

CAPÍTULO II - DA JUSTIFICATIVA

1. A aquisição dos coletores de dados com leitor de código de barras a laser (**ITEM 1**) visa atender a demanda do depósito de urnas da capital no que tange às atividades de conservação e manutenção de urnas eletrônicas.

1.1. Dos quatro coletores/leitores de código de barras em uso, apenas dois encontram-se em pleno funcionamento. Considerando que todas as urnas eletrônicas e mídias passaram a ser armazenadas no depósito de urnas de Campo Grande (DEPUE), de modo que a demanda de tarefas que exigem tal equipamento aumentou.

1.2. Cumpre acrescentar que os equipamentos disponíveis no DEPUE já completaram mais de dois anos de uso, assim, deve ser considerado o desgaste natural de uso de um equipamento eletrônico em ambiente relativamente hostil e não de escritório, para tanto, é importante que novos equipamentos sejam adquiridos para assegurar a continuidade dos trabalhos com a devida qualidade e disponibilidade.

1.3. Frente ao apresentado e a par de agregar celeridade às atividades de conferência e controle patrimonial das urnas eletrônicas no sistema ASI-WEB, e também no intuito de manter o domínio sobre o trânsito de mídias para urnas eletrônicas, tanto para Mídias de Resultado (MR) quanto para Flash Card (FC) por meio do sistema de Mídias e Suprimentos de Urna, é que se faz necessária a aquisição de mais coletores de dados portáteis que se amoldam às tecnologias empregadas, o que permitirá a manutenção da agilidade nos levantamentos e controles de urnas eletrônicas e de suas mídias.

2. Para os demais Itens, a aquisição dos materiais tem a finalidade de atender à demanda da Seção de Voto Informatizado, durante os trabalhos de preparação das urnas eletrônicas e entrega ao pessoal de apoio às Eleições de 2022.


CAPÍTULO III – DOS MATERIAIS, QUANTIDADES E PREÇOS

1. A descrição dos materiais a serem adquiridos, respectivas quantidades e preços máximos admitidos pelo TRE/MS, consta indicada abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL		
01	<p>Coletor de Dados portátil SEM FIO e USB (Leitor de código de barras SEM FIO e USB), com as seguintes características mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Necessariamente a comunicação com o PC deverá ocorrer por meio sinal de radiofrequência e sem uso de cabos; b) Secundariamente o aparelho deverá operar com uso de cabo de comunicação padrão USB; c) O aparelho deverá possuir bateria recarregável ou suportar o uso de pilhas recarregáveis; d) O sistema de recarga de bateria deverá ser bivolt ou suportar de 110V a 240V; e) O aparelho deverá suportar ter um tempo mínimo de 8 horas em operação; f) Deve atuar em substituição a digitação por teclado; g) Deve ter capacidade de ser acionado sem necessidade de remoção do teclado do PC; h) Deverá usar tecnologia laser para captura de códigos de barra unidimensionais (1D); i) Deverá ter velocidade de mínima de 200 leituras de códigos de barras por segundo; j) Deve emitir sinais sonoros ao identificar códigos de barra; k) Deve ser compatível com sistema operacional Windows 7 e Windows 10; l) O manual de instruções deve estar disponível na internet; m) A garantia do equipamento deve ser dada pelo fabricante e será de pelo menos 06 (seis) meses. n) O equipamento não pode constar no rol do fabricante como um produto descontinuado. <p>Modelos de referência: Leitor de Código de Barras Sem Fio Bematech I-330 BT; Leitor de Código de Barras Sem Fio Nonus LW200; ou similar.</p>		
UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO (R\$)	PREÇO TOTAL MÁXIMO (R\$)
Unidade	04	532,80	2.131,20
Intervalo mínimo entre os lances na disputa sobre o preço total			R\$ 0,01

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL
	CHAVE COM PONTA PHILLIPS, com as seguintes características mínimas:

02	1) Tamanho 3/16x3; 2) Material em aço cromo vanádio temperado; 3) Ponta fosfatizada e magnetizada; 4) Cabo elaborado em material injetado.		
	Produtos de referência: Tramontina PRO, ou similar		
UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO (R\$)	PREÇO TOTAL MÁXIMO (R\$)
Unidade	300	7,99	2.397,00
Intervalo mínimo entre os lances na disputa sobre o preço total			R\$ 0,01

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL		
03	<p>ABRAÇADEIRA/ORGANIZADOR (fita para agrupamento) de cabos com VELCRO, com as seguintes características mínimas:</p> <p>1) Abraçadeira de velcro, em dupla face, para organizar fios, cabos;</p> <p>2) Fenda na ponta que assegure que a abraçadeira fique presa ao cabo;</p> <p>3) A abraçadeira deve ser reutilizável (por diversas vezes) e permitir amarrações ajustáveis;</p> <p>4) Cor preta;</p> <p>5) Dimensões: comprimento de 200 mm (será aceita variação no comprimento de 10%) x largura de 12 a 19 mm.</p>		
	<div></div> <p><i>Imagem meramente ilustrativa</i></p> <p><i>Produtos de referência: Velcro – Abraçadeira One-Wrap; Vonder – Abraçadeira fixa fácil; HellermannTyton – Abraçadeira de velcro; ou similar.</i></p>		
UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO (R\$)	PREÇO TOTAL MÁXIMO (R\$)

Unidade	15.000	1,13	16.950,00
Intervalo mínimo entre os lances na disputa sobre o preço total			R\$ 0,01

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL		
04	TESTADOR DE TENSÃO , com as seguintes características mínimas: <ol style="list-style-type: none"> 1) Tensão AC: faixas 110/220/380V; 2) Tensão DC: faixas 150/300/500V; 3) Mostrador com 3 níveis diferentes; 4) Indicador luminoso; 5) Comprimento do cabo de, no mínimo, 700mm. <i>Produto de referência: MINIPA-EzTestII, HK-Test Hikari, ou similar.</i>		
UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO (R\$)	PREÇO TOTAL MÁXIMO (R\$)
Unidade	160	47,39	7.582,40
Intervalo mínimo entre os lances na disputa sobre o preço total			R\$ 0,01

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL
	FONE DE OUVIDO , com as seguintes características mínimas: <ol style="list-style-type: none"> 1) Fone de ouvido tipo: Headphone (sem microfone integrado), Supra-auricular (cobre toda orelha); 2) Tiara plástica ajustável sobre a cabeça; 3) BI - Auricular; 4) Haste ajustável; 5) Protetor auricular espuma confortável anti-alérgica; podendo ser trocada ou substituível; 6) Almofadas espumas fechadas com máximo isolamento; 7) Speaker Potência: 100Mw; 8) Extensão do cabo: 1,50M; 9) Plug Type: P2 3.5mm Stereo; 10) Sensitivity: 103 dB +/-5dB at 1Khz;

05

- 11) Impedância: 32 Ohms;
 12) Frequência de resposta: 20hz – 20.000hz;
 13) Cabo com extensão de, no mínimo, 1,5m;
 14) Conforme figura a seguir:



Imagem meramente ilustrativa

Produtos de referência: AGEM AHF-002, ou similar.

UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO (R\$)	PREÇO TOTAL MÁXIMO (R\$)
Unidade	4.400	11,50	50.600,00
Intervalo mínimo entre os lances na disputa sobre o preço total			R\$ 0,01

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL			
06	ALICATE DE BICO , com as seguintes características mínimas: 1) Tipo de ponta: meia cana reto; 2) Comprimento: 5"; 3) Material: aço; 4) Punho: material antideslizante; 5) Para manuseio em pequenas peças ou que exija precisão. <i>Produto de referência: Sparta, Tramontina, ou similar.</i>			
	UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO (R\$)	PREÇO TOTAL MÁXIMO (R\$)
	Unidade	50	15,79	789,50
Intervalo mínimo entre os lances na disputa sobre o preço total				R\$ 0,01

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL		
07	ALICATE DE CORTE , com as seguintes características mínimas: 1) Tipo: CORTE DIAGONAL; 2) Comprimento: 4 polegadas; 3) Material: aço; 4) Para corte de fios, cabos e arames. <i>Produto de referência: Tramontina, ou similar.</i>		
UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO (R\$)	PREÇO TOTAL MÁXIMO (R\$)
Unidade	50	15,78	789,00
Intervalo mínimo entre os lances na disputa sobre o preço total			R\$ 0,01

1.1. Em caso de divergência entre a descrição dos equipamentos indicados no SIASG/COMPASNET e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá esta última.

2. Os equipamentos do **ITEM 1** deverão ter prazo de garantia do fabricante de no mínimo 06 (seis) meses, iniciando-se na data do recebimento definitivo dos mesmos, com vigência durante o período de garantia informado pela empresa.

2.1. A empresa fornecedora deverá entregar, juntamente com cada item ou lote de equipamentos adquiridos, os respectivos certificados de garantia.

2.2. Durante o período de garantia deverá ser prestada a assistência técnica aos equipamentos adquiridos, nos termos da legislação aplicável aos direitos do consumidor e do certificado de garantia (no que não conflitar com as regras fixadas neste Termo de Referência).

3. A indicação de produto de referência feita na descrição de alguns itens é apenas orientativa, correspondendo aos produtos que serviram de base para a coleta das características/especificações dos materiais a serem adquiridos, nos termos do Acórdão nº 2401/2006 do Tribunal de Contas da União.

3.1. A empresa licitante poderá ofertar produtos **similares** aos de referência, desde que atendam às especificações exigidas e apresentem padrão de qualidade e desempenho equivalentes.

3.2. Uma vez que os fabricantes podem alterar as características de seus produtos a qualquer tempo e sem prévio aviso, é de responsabilidade da empresa licitante, que pretenda cotar produto indicado como referência, a certificação de que o produto cotado mantém-se de acordo com as especificações exigidas.

3.3. Em virtude do exposto na primeira parte da cláusula 3.2 acima, a cotação pela empresa licitante de produto indicado como referência não condiciona o TRE/MS à classificação da proposta e/ou à aceitação do produto quando de sua entrega.

4. Reserva-se ao TRE/MS a faculdade de exigir a apresentação de amostra do produto cotado pela empresa vencedora, de modo a comprovar o atendimento às especificações exigidas.

CAPÍTULO IV – DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS E DA SOLICITAÇÃO DE AMOSTRAS PARA O ITEM 1 (COLETOR DE DADOS)

1. A análise técnica das propostas, será realizada pelos integrantes da equipe responsável pelo planejamento da contratação (integrante da área demandante e/ou integrante técnico) e visa à verificação da conformidade dos produtos ofertados pelas licitantes com as especificações indicadas neste Termo de Referência.

2. De modo a permitir a análise técnica, a licitante deverá indicar em sua proposta eletrônica a marca e o modelo do produto ofertado.

2.1. A licitante poderá indicar, também, sítio(s) na internet, preferencialmente do fabricante, onde possam ser obtidas informações sobre o produto ofertado.

2.2. Caso a empresa não informe a marca/modelo em sua proposta eletrônica, o pregoeiro poderá solicitar tal informação via chat.

2.3. A ausência e/ou insuficiência de informações sobre o produto ofertado poderá importar a desclassificação da proposta.

3. Para fins de aceitação da proposta, PODERÁ TAMBÉM SER EXIGIDA da licitante ofertante do menor preço a apresentação de AMOSTRAS para fins de testes de compatibilidade e integridade.

3.1. As mencionadas amostras deverão ser encaminhadas à Seção de Licitação e Compras, aos cuidados do Pregoeiro, localizada na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, n.º 23, Jardim Veraneio/Parque dos Poderes, em Campo Grande, telefone: (67) 3326.5560 ou (67) 2107.7092.

3.2. As amostras deverão ser entregues em embalagem lacrada.

4. O prazo para fornecimento das amostras será de 10 (dez) dias úteis, contados da solicitação do Pregoeiro.

5. As verificações das amostras serão realizadas pelos integrantes da equipe responsável pelo planejamento da contratação (integrante da área demandante e/ou integrante técnico) e consistirá, dentre outras, em:

a) verificação dos requisitos mínimos obrigatórios;

b) compatibilidade das especificações técnicas exigidas;

5.1. Do resultado da análise da amostra será emitido RELATÓRIO DE ANÁLISE TÉCNICA, sendo divulgado no sítio do Tribunal na página: www.tre-ms.jus.br. Em caso de desclassificação, será convocado o segundo colocado na licitação para apresentar amostra, se necessário.

6. As empresas deverão retirar os materiais enviados como amostras na Seção de Licitação e Compras, sito na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, Campo Grande/MS, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do encerramento da sessão pública.

6.1. Os custos com o envio e/ou retirada das amostras ficará a cargo da licitante.

6.2. Caso a retirada não ocorra no prazo indicado na cláusula 6, o TRE/MS dará às amostras o destino que entender pertinente.

6.3. Caso as amostras sejam aprovadas não há necessidade de serem retiradas, serão computadas como parte dos materiais que serão entregues.

7. Para os casos onde não há a necessidade de apresentação de amostra, a síntese do resultado da análise técnica das propostas será informada às licitantes pelo Pregoeiro,

através da ferramenta de conversação disponível no sistema COMPRASNET.

CAPÍTULO V – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

1. A empresa fornecedora deverá entregar os equipamentos no Almoxarifado Central do TRE-MS, sito na Rua Delegado Alfredo Hardman, 184, Parque dos Poderes, em Campo Grande/MS, no horário de 12:00 h às 17:00 h, de segunda à sexta-feira.

1.1. A empresa poderá agendar previamente o dia, horário e local para a entrega dos materiais.

1.2. O agendamento será realizado por servidor da Seção de Patrimônio e Almoxarifado, no horário de 12:00 h às 17:00 h, de segunda à sexta-feira, através do telefone (67) 3361-0016.

1.3. Nos termos do inciso III, art. 3º do Decreto nº 7.174/2010, para os produtos importados será exigido, no momento da entrega, a comprovação de origem dos mesmos e a quitação dos tributos de importação a eles referentes, sob pena de rescisão contratual e multa.

2. O PRAZO MÁXIMO DE ENTREGA dos materiais é de **30 (trinta)** dias, contados do recebimento da Nota de empenho.

2.1. Fica a licitante vencedora obrigada a enviar aviso de recebimento das mensagens eletrônicas que lhes são enviadas. Caso não o faça, considerar-se-á ciente do seu conteúdo, no 1º dia útil seguinte ao seu envio.

3. Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de entrega estabelecido, deverá encaminhar ao TRE/MS solicitação de prorrogação de prazo de entrega, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega.

3.1. A comprovação de que trata esta cláusula 3 deverá ser promovida não apenas pela alegação da empresa contratada, mas por meio de documento que relate e justifique a ocorrência que ensejará o descumprimento de prazo, tais como: carta do fabricante/fornecedor, laudo técnico de terceiros, Boletim de Ocorrência de Sinistro, ou outro equivalente.

4. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo TRE/MS na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à empresa da decisão proferida.

5. Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas para atraso na entrega.

6 .O recebimento provisório dos materiais ficará a cargo da Seção de Patrimônio e Almoxarifado do TRE/MS, e o **recebimento definitivo** será de responsabilidade da Equipe de Apoio à Contratação/Unidade Técnica designada nos estudos preliminares desta contratação, conforme descrito a seguir.

7. O recebimento provisório será efetuado no momento da entrega, ou em até 2 (dois) dias úteis desta, compreendendo, dentre outras, as seguintes verificações:

a) os equipamentos deverão estar em suas respectivas embalagens originais, se cabível, com a indicação da marca/modelo na embalagem e/ou no próprio material, bem como das demais características que possibilitem a correta identificação do material;

b) condições da embalagem e/ou do equipamento;

c) quantidade entregue;

d) apresentação do documento fiscal, com identificação do fornecedor e do comprador (TRE/MS), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.

8. Atendidas as condições indicadas na cláusula 7 acima, será registrado o recebimento

provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

8.1. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo do material.

9. O **recebimento definitivo** deverá ser efetuado em até 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, satisfeitas as condições abaixo:

- a) correspondência de marca/modelo do material com os indicados na nota de empenho ou proposta da fornecedora;
- b) compatibilidade dos equipamentos entregues com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa fornecedora;
- c) realização de testes, quando previstos no Termo de Referência ou caso a unidade recebedora entenda necessário;
- d) conformidade do documento fiscal quanto à identificação do comprador (TRE/MS), descrição dos equipamentos entregues, quantidade, preços unitário e total.

10. Verificada alguma falha no fornecimento, será feito o registro formal e informado à empresa fornecedora, para que proceda à sua correção no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

10.1. Ao prazo previsto neste item, aplica-se o disposto nos itens 3 a 5 deste Capítulo.

11. Reserva-se ao TRE/MS o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa.

12. Competirá ao fornecedor arcar com ônus da retirada dos equipamentos cujas características se mostrem diversas das exigidas no instrumento convocatório.

13. O TRE/MS providenciará a guarda dos equipamentos entregues em desconformidade por 60 (sessenta) dias, contados da notificação ao fornecedor.

13.1. Decorrido o prazo disposto na cláusula anterior, e não sendo retirados os equipamentos pelo fornecedor, o Tribunal não mais se responsabilizará pela guarda dos produtos, restando autorizado a promover a destinação que melhor aprover ao interesse público.

CAPÍTULO VI – DA NOTA FISCAL/FATURA E DOS DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHÁ-LA

1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação dos equipamentos fornecidos, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade e os preços unitário e total.

2. Para fins de atendimento a IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

CAPÍTULO VII – DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado, mediante depósito em conta-corrente registrada em nome da pessoa jurídica vencedora do certame licitatório, no prazo de 7 (sete) dias úteis após o recebimento definitivo pela fiscalização e/ou do recebimento do documento fiscal.

2. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o Recebimento Definitivo e mediante a comprovação da existência de conta bancária válida e ativa em nome da empresa, além da regularidade fiscal (INSS/FGTS) e trabalhista (CNDT).

3. Será retida na fonte, caso a empresa não seja OPTANTE PELO SIMPLES, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, a alíquota dos seguintes impostos:

- a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, Cofins e Pis/Pasep, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema

Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.

4. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365 \quad I = (6/100) / 365$.

CAPÍTULO VIII – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Em caso de descumprimento de cláusulas deste Termo de Referência, será instaurado processo administrativo para apuração da responsabilidade, no qual a contratada será imediatamente notificada, preferencialmente por meio eletrônico, para apresentar Defesa Prévia, contendo justificativa e documentação probatória, se houver, sob pena da aplicação das sanções cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Parágrafo Único. A CONTRATADA deverá confirmar expressamente o recebimento da notificação, considerando-se totalmente ciente do teor da comunicação após o prazo de 1 (um) dia útil da data de envio da mensagem eletrônica registrada no SEI (sistema de gestão processual eletrônico utilizado pelo TRE/MS).

2. Será aplicada **ADVERTÊNCIA** por escrito nos casos literalmente indicados neste Termo de Referência, e nos casos de incorreções de menor gravidade, assim analisados pelo TRE/MS, tais como:

- a) falhas durante a execução do fornecimento, não corrigidas em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do comunicado formal à empresa;
- b) sempre que for verificada alguma falha de pequeno porte, assim entendida pela fiscalização, e não disciplinada de forma diversa neste Termo de Referência ou no atraso na entrega dos materiais em até 5 (cinco) dias.

3. Será aplicada **MULTA**:

- a) de **0,5%** (zero vírgula cinco por cento), sobre o valor total da contratação, referente ao item e por dia de **atraso** superior a 5 dias, na **entrega do material**, contado desde o primeiro dia de atraso até o 30 (trigésimo) dia. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de aplicação de multa, a Administração motivadamente poderá a qualquer momento entender caracterizada a inexecução total da contratação, passível de rescisão;
- b) de **5%** (cinco por cento) sobre o valor total da contratação referente ao item, por ocorrência, no caso de **atraso ou não emissão/encaminhamento do documento fiscal hábil (nota fiscal) necessário para pagamento**;
- c) de **10%** (dez por cento) sobre o valor total da contratação, caso a **entrega do material esteja em desacordo com o contratado**, no aspecto quantitativo e/ou qualitativo;
- d) de **15%** (quinze por cento) sobre o valor total da contratação, no caso de **desatendimento de cláusulas do Termo de Referência**;
- e) de **20%** (vinte por cento) do valor total da contratação, se a contratada recusar-se a entregar o material, prestar o serviço sem motivo consistente devidamente apurado pelo Tribunal, ou, se por falhas sucessivas ou por total descumprimento das condições estabelecidas, levar o Tribunal ao **cancelamento da contratação**, sendo cumulada com as demais multas aplicadas anteriormente.

3.1. O CONTRATANTE poderá efetuar a retenção do valor da multa moratória presumida, até o limite de 20% (vinte por cento), dos pagamentos devidos à contratada.

3.1.1. A retenção perdurará até a finalização do procedimento administrativo instaurado para a apuração das falhas contratuais, e o valor será restituído à contratada, em caso de não aplicação da penalidade de multa.

3.1.2. Caso o valor da multa aplicada extrapolar o valor retido, serão adotadas as providências previstas nos subitens 3.2 e 3.3 abaixo;

3.2. Aplicada a penalidade, a CONTRATADA será notificada para recolher o valor da multa, por meio de GRU, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da notificação;

3.3. Caso não haja recolhimento, a multa :

a) poderá ser compensada por créditos da contratada relativos ao mesmo contrato;

b) poderá ser descontada do valor da garantia, quando houver, caso não houver créditos ou se estes forem insuficientes para cobrir o valor total da multa;

c) poderá ser encaminhada para inscrição em Dívida Ativa da União, após esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA.

3.4. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da notificação do CONTRATANTE.

3.5. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

4. Será aplicada a penalidade de **IMPEDIMENTO DE CONTRATAR** com a União, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, sem prejuízo da multa:

a) convocados, dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, assinar a ata de registro de preços ou recusar receber Nota de Empenho;

b) deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa;

c) não manter a proposta no certame licitatório;

d) comportar-se de modo inidôneo durante o procedimento licitatório ou na fase de execução contratual;

e) ensejar o retardamento do objeto contratado;

f) cometer fraude fiscal;

g) falhar, ou fraudar, na execução do contrato.

5. Na aplicação das sanções, serão consideradas a gravidade da conduta praticada, a intensidade do dano provocado, a reincidência e o caráter educativo da pena, segundo os critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

5.1. Em caso de reincidência, a multa poderá ser majorada até o dobro.

5.2. Para determinar a reincidência, serão considerados os antecedentes da contratada nos últimos cinco anos, contados da primeira decisão administrativa definitiva de aplicação de penalidade perante o CONTRATANTE.

6. Da aplicação das sanções de multa e impedimento caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato, à autoridade superior do TRE/MS.

7. As penalidades serão registradas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores — SICAF, bem como em cadastro interno de inadimplentes para fins de aplicação do subitem 5.

CAPÍTULO IX - DA FISCALIZAÇÃO

1. A fiscalização, acompanhamento e a orientação relativa à prestação dos serviços/fornecimento ficarão a cargo de servidor pertencente ao quadro deste Tribunal.

1.1. O contato entre este Tribunal e a empresa contratada será mantido, prioritariamente, por intermédio da fiscalização.

2. Caberá à fiscalização:

- a) requisitar a prestação dos serviços e/ou fornecimento, mediante Ofício ou Requisição de fornecimento;
- b) verificar eventuais falhas, erros ou não cumprimento de exigências estabelecidas no Edital e neste Termo de Referência, solicitando a imediata correção por parte da contratada;
- c) exercer, em nome do Tribunal Regional Eleitoral, toda e qualquer ação de orientação geral, decidir sobre questões técnicas e burocráticas dos serviços, sem que isto implique em transferência de responsabilidade, a qual será única e exclusivamente de competência da contratada.
- d) comunicar à Administração o cometimento de falhas pela contratada, que impliquem comprometimento da prestação dos serviços/fornecimento e/ou aplicação de penalidades previstas;
- e) conferir e atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada, encaminhando-a para pagamento;
- f) outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

CAPÍTULO X – DOS DIREITOS E DEVERES DO TRE/MS

1. Requirir o fornecimento dos equipamentos, na forma prevista neste Termo de Referência.

2. Exigir do fornecedor o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.

3. Verificar a manutenção pelo fornecedor das condições de habilitação estabelecidas na licitação.

4. Aplicar penalidades ao fornecedor, por descumprimento contratual.

5. Efetuar o pagamento ao fornecedor, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.

CAPÍTULO XI – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

1. Realizar o fornecimento decorrente desta contratação na forma e condições determinadas no Edital e neste Termo de Referência.

2. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.

3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada ao fornecimento, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do fornecimento.

4. O fornecedor fica, nos termos do § 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93, obrigado a aceitar os acréscimos ou supressões de até 25 % (vinte e cinco por cento) que se fizerem necessários.

5. Receber os valores que lhe forem devidos pelo fornecimento dos produtos, na forma disposto neste Termo de Referência.

6. Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, bem como observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética do TRE/MS (Resolução 690/2020);
7. Dar plena ciência do disposto na Resolução 665/2019, a qual dispõe sobre o procedimento de apuração de responsabilidade e aplicação de penalidades à pessoa física ou jurídica decorrentes de descumprimento de regras licitatórias e/ou obrigações contratuais no âmbito do TRE/MS;
8. Dar conhecimento, aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, sobre o Código de Conduta Ética do TRE/MS para ciência e responsabilidade em sua observância.
 - 8.1 O mesmo se aplica à subcontratada (se for o caso);
9. Proteger informações confidenciais e privilegiadas, conforme regulamento próprio.

CAPÍTULO XII - DEMAIS INFORMAÇÕES ACERCA DA CONTRATAÇÃO EXIGIDAS PELA RESOLUÇÃO N.º 182/2013 – CNJ (ART. 18, § 3º, INCISO II) PARA O ITEM 1

1. Esta aquisição está alinhada ao objetivo estratégico "Melhoria da infraestrutura e governança de TIC" presente no Planejamento Estratégico Institucional 2016-2021. A STIC desta análise de viabilidade atende aos objetivos estratégicos, listados abaixo, constantes do Planejamento Estratégico da Instituição (PEI) e da Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC). O PEI e o PETIC foram instituídos, respectivamente, pelas Resoluções TRE-MS nº 415/2009 e 429/2010, relacionadas no anexo II.
 - a) Objetivo 02 – PETI – Garantir a disponibilidade e continuidade dos serviços de TI essenciais às atividades judiciais e administrativas;
 - b) Objetivo 03 – PETI – Garantir a estrutura de TI apropriada às atividades judiciais e administrativas.
2. Os estudos preliminares que nortearam a presente contratação encontram-se no Processo SEI 1051618;
3. A quantidade a ser contratada será a mesma prevista na demanda levantada nos estudos preliminares, cujos quantitativos estão indicados no Capítulo III deste Termo de Referência.
4. O objeto do certame trata-se da aquisição de materiais de permanentes 4490.52.45, cujas características são comuns e usuais no mercado de TIC, com padrões de desempenho e de qualidade objetivamente definidos.
5. A forma e o critério de seleção do fornecedor já se encontra indicada no Capítulo I (Pregão/menor preço); sendo que na fase de habilitação será exigida a comprovação da regularidade perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e Justiça do Trabalho, além de Declaração de que a empresa não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal.
6. A conformidade técnica e legal consta no capítulo III deste termo de referência.
7. As obrigações contratuais, os papéis a serem desempenhados por cada envolvido na contratação e a dinâmica do fornecimento estão descritos nos Capítulos V, VI, VII, VIII, IX e X.
8. Devido a característica dos itens do contrato (aquisição de materiais) não há dependência técnica de conhecimento com as futuras empresas a serem contratadas para o fornecimento dos materiais.
9. A descrição de direitos de propriedade intelectual e autorais não se aplica a aquisição de

equipamentos objeto desde procedimento administrativo.

10. Não há exigência especial de qualificação técnica ou formação profissional para os futuros envolvidos na execução do contrato objeto deste procedimento administrativo.



Documento assinado eletronicamente por **SÔNIA APARECIDA GRANJA ANELLI, Técnico Judiciário**, em 26/10/2021, às 12:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tr-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1106029** e o código CRC **B1903393**.

0002885-69.2021.6.12.8000

1106029v1